



rede social santa maria da feira

ACTA n.º 31/2015

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Plenário Extraordinário do Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira no auditório do Museu Convento dos Lóios, na União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, concelho de Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Antes da ordem do dia;-----
2. Reflexão sobre o acolhimento de cidadãos refugiados/migrantes e auscultação dos parceiros locais para diagnóstico e ativação das respostas a nível concelhio; -----
3. Outros assuntos de interesse. -----

Não tendo sido apresentado qualquer assunto no período de “Antes da ordem do dia”, passou-se para o ponto 2 da ordem de trabalhos: Reflexão sobre o acolhimento de cidadãos refugiados/migrantes e auscultação dos parceiros locais para diagnóstico e ativação das respostas a nível concelhio. Deste modo, e neste âmbito, o Presidente do CLAS, Dr. Emídio Sousa, informou os presentes da importância daquele encontro, no sentido de se refletir, consensualizar e concertar uma resposta coletiva, e não apenas da Câmara, também com o objetivo de avaliar disponibilidades, meios e recursos das instituições que integram a Rede Social concelhia.-----

Para além disso, e por outro lado, referiu que este encontro deveria servir para se pensar em rede, em estratégias de desmistificação do medo que a comunidade concelhia tem vindo a demonstrar, perante as imagens que nos são passadas da comunidade islâmica. Foi reforçada a ideia de que os refugiados fogem da guerra e procuram beneficiar de proteção e asilo, pelo que a nossa comunidade institucional deve sensibilizar/informar a população para o seu acolhimento contrariando e prevenindo atos xenófobos. -----

Referiu ainda de que este assunto tinha sido já abordado na Assembleia Municipal de 26 de Setembro, tendo sido pedido a todos os partidos com assento neste órgão para consensualizarem posições, tendo sido apresentada e aprovada por unanimidade uma moção comum. -----

Os parceiros da Rede Social presentes concordaram com o acolhimento de migrantes/refugiados em Santa Maria da Feira, disponibilizando-se para participar no processo de integração destes, através da ativação dos recursos que detêm e que se encontram disponíveis no âmbito da sua missão/ação. O Presidente do CLAS informou de que a Câmara

assumirá o papel de interlocutor junto dos Serviços Centrais responsáveis, coordenando as respostas locais, visando uma integração bem-sucedida destes cidadãos refugiados/migrantes no Concelho. -----

Depois de ouvidos os parceiros presentes, foram elencados três princípios para que o acolhimento seja bem-sucedido: -----

- Distribuir as famílias sem concentração habitacional, promovendo a melhor integração possível, apostando na fluidez do acesso à Saúde, Educação, Emprego, Língua e Religião; --
- O acolhimento destas famílias deve sempre que possível ocorrer em unidades residenciais autónomas ou em núcleos familiares, inseridos nas comunidades locais/freguesias, por oposição à sua institucionalização; -----
- Desmistificar a ideia do “medo e mitos”, através da realização de ações de sensibilização/informação, envolvendo também os profissionais da comunicação social do concelho. -----

A representante da Segurança Social, Dra. Cristina Vasconcelos referiu neste seguimento as dificuldades que têm sentido na integração dos refugiados, uma vez que Portugal acolhe todos os anos uma pequena quota de refugiados dos mais variados países, e que o distrito de Aveiro tem recebido um pequeno número. Assim, a certificação escolar, a língua, a saúde, nomeadamente a isenção das taxas moderadoras e a religião, por dificuldades nas deslocações para os locais de culto, têm sido os constrangimentos mais difíceis de ultrapassar para a sua integração. Os apoios da Segurança Social centram-se no alojamento, vestuário e alimentação. -----

Relativamente à saúde, tanto a representante do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde Feira/Arouca), como a do CHEDV (Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga), referiram que a questão das isenções estava a ser estudada para ser aplicada o mais rapidamente possível.---- Levantada de seguida a questão sobre quantos refugiados iria receber o concelho, o Presidente do CLAS informou não termos ainda respostas em relação ao número de famílias refugiadas que iremos acolher bem como os apoios comunitários que eventualmente possam surgir, mas que era fundamental sabermos o que cada uma das entidades poderá disponibilizar para estarmos preparados. Neste âmbito salientou que o Instituto da Segurança Social tinha já enviado um questionário para as IPSS's, sendo que o Município iria complementar este questionário. -----

A esta informação o Sr. Rogério Henriques, representante do Centro Social e Paroquial de Argoncilhe, acrescentou que a CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) estaria também a iniciar um processo de recolha de informação idêntica. Foi deliberado de que deveria ser o Gabinete da Rede Social a concentrar todas estas respostas.-----

Posto isto, a Dra. Manuela Coelho, Chefe da DASQV (Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida) referiu a experiência do Município no trabalho desenvolvido com os imigrantes, particularmente desde a chegada em massa de cidadãos de Países de Leste nos finais dos anos 90, que passou pela criação do Espaço I e posterior integração na Rede Nacional dos Centros Locais para a Integração dos Imigrantes, não sendo por isso de esperar outra resposta

de cultura de solidariedade da nossa comunidade. Referiu ainda ser de extrema importância que os refugiados tenham instituições e pessoas de referência nos territórios. -----

Seguidamente foram apresentadas as duas plataformas digitais entretanto criadas: www.refugiados.acm.gov.pt (**Portal do Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia da Migração**), que foi criado pelo Governo no dia 3 de Setembro de 2015 (despacho n.º 10041-A/2015). Este Grupo é coordenado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e possui uma representação multidisciplinar, tendo representantes da Direção-Geral dos Assuntos Europeus/MNE, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Instituto da Segurança Social, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, da Direção-Geral da Saúde, da Direção-Geral da Educação; e a plataforma do Alto Comissariado para as Migrações, www.refugiados.pt (**PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados**) mobilizada por organizações da sociedade civil portuguesa, para apoio aos refugiados, na presente crise humanitária. -----

Para finalizar, o Presidente do CLAS considerou importante que fosse redigida uma Declaração de Princípios em relação a esta matéria, que esboçasse as ideias mais importantes emanadas desta reunião plenária, ficando o Gabinete da Rede Social responsável pela sua redação, ao que foi anuído por todos, congratulando todos os parceiros presentes solidariedade demonstrada. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta sessão pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta.-----